Relatório de Atividades e Contas 2022-2023

Parecer do Conselho Fiscal

Introdução, Âmbito e Responsabilidades

1. O Conselho Fiscal, no exercício das suas competências estatutariamente definidas, após análise da documentação preparada e elaborada pela Direção, vem emitir parecer relativo à atividade e contas apresentadas para o ano que medeia entre 1 de outubro de 2022 e 30 de setembro de 2023.
2. É da responsabilidade da Direção a gestão corrente da Associação ao longo do ano, de acordo com as linhas orientadoras definidas em Assembleia Geral, bem como preparar documentos que representem de forma relevante, verdadeira e apropriada a situação económica e financeira da Associação.
3. Ao Conselho Fiscal incumbe fiscalizar o cumprimento das atribuições da Direção, em particular no que concerne à apresentação de contas, tendo como base os respetivos documentos de prestação de contas, bem como outras informações detalhadas e fornecidas pela Direção.

Considerações gerais

4. O Conselho Fiscal saúda a publicação atempada dos documentos relevantes para a análise do exercício da Associação, bem como a disponibilidade para responder às questões e dúvidas suscitadas pela sua leitura. Agradecemos ainda o cuidado em explicar os motivos por trás das decisões que ficam plasmados nestes documentos.
5. Da análise das contas do ano 2023, releva-se um resultado positivo da Atividade Corrente de **7.253,04 €**, valor que contrasta com o resultado orçamentado em **-7.918,25 €**.
6. A diferença avultada entre os valores orçado e real é explicável pelos seguintes motivos:
    a. Eficiente e frugal gestão dos campos participantes nas Jornadas Mundiais da Juventude (JMJ). Particularmente, na opção pela Flixbus como meio de transporte, apresentando poupança expressiva relativamente a comboios e autocarros particulares, e também pela aquisição antecipada de *packs* JMJ a valores descontados;
    b. Os gastos orçamentados não realizados com a Assembleia (1.072,93 €) e o CIFA (825,00 €), bem como as receitas com a Angariação de Fundos (8.636,30 €) e o retorno dos campos de inverno (477,00 € Cegonhas e 326,15 € CIFA);

c. Não realização de trabalhos de manutenção da garagem e da reparação e/ou aquisição de tendas, como tinha sido orçamentado.

7. Esta trajetória de contas resultou num grande aumento da Reserva disponível, passando de 9.896,42 €, em outubro de 2022, para um total de 17.149,46 €. Para este resultado contribuiu a elevada incerteza derivada da inflação e da existência da Jornada Mundial da Juventude, que foi abordada com cautela pela Tesouraria.

8. Em relação à Camtilshop, destaca-se um grande aumento de despesas em relação ao previsto, assim como uma diminuição de receitas em relação ao Orçamento apresentado. Esta trajetória de contas resultou numa diminuição da Reserva disponível, passando de 4.670,00 €, em outubro de 2022, para um total de 2.092,55 €.

Reservas e recomendações particulares

9. Chamamos a atenção para o aumento de despesas na rubrica "Carrinhas", devido a danos causados na sua utilização. Neste sentido, reforçamos a necessidade de as Direções de cada campo fazerem uma gestão eficiente e bom uso das carrinhas, de forma a evitar acidentes e prejuízos neste ponto.

10. Em relação à não realização das obras de manutenção da garagem e ao não investimento em material, gostaríamos de aconselhar, à Pasta de Material, um maior rigor e antecedência na avaliação das suas necessidades de investimento, através da apresentação e manutenção de um inventário de material.

11. Em relação às atividades Assembleia e Encontro Nacional (ENC, de forma a clarificar os custos efetivos de cada atividade, propomos que em orçamentos futuros sejam assumidas na rúbrica da Assembleia todas as despesas que existiriam pela sua existência caso não houvesse outra atividade. A atividade adicional assumirá todas as despesas que não ocorreriam caso apenas houvesse Assembleia.

12. Relativamente aos Campos de Inverno (CIFA e Trolhas), apelamos a que seja clara a mensagem de que as Direções devem recorrer aos fundos que o CAMTIL disponibiliza para reduzir o preço da inscrição. A Tesouraria é responsável por executar a utilização do dinheiro de acordo com o que é aprovado na Assembleia e é grave que tal não aconteça por falha de comunicação, como foi o caso do CIFA onde não só não foram utilizados os fundos orçamentados como o campo deu ainda 326,15 € de lucro.

13. Sobre as receitas de atividades que o CAMTIL apoia de modo a diminuir o valor de inscrição pedido aos participantes (CIFA, Trolhas, ENC, entre outras), consideramos que registar como despesa o valor total do apoio quando a atividade devolve "lucro" ao CAMTIL não reflete a realidade, pois o dinheiro que o CAMTIL disponibilizou para reduzir o valor da inscrição não foi integralmente usado. Tal como no orçamento dos campos de Verão não se coloca que o orçamento foi todo utilizado e que os campos deram lucro, mas sim que o

montante orçamentado para os campos não foi todo utilizado, propomos que se siga também esta linha nos relatórios de contas destas atividades.

14. De forma a facilitar o fecho de contas nos prazos estabelecidos, sugerimos que se anime os núcleos a nomearem um membro para funções de tesouraria e que possa entregar um relatório e contas da atividade do núcleo à direção com os respetivos recibos, até ao início de setembro.

15. No que diz respeito à Camtilshop, tendo em conta que se verificou uma rutura de *stocks* em alguns campos, o Conselho Fiscal sugere que se dê uma folga maior precisamente nos artigos/tamanhos em que houve falta para diminuir a probabilidade de faltarem artigos/tamanhos.

Ênfases

16. O Conselho Fiscal destaca e congratula a Tesouraria pelo trabalho desenvolvido na fiscalização dos gastos e pagamentos ao longo do ano, continuando a evidenciar o compromisso da Direção em manter sob controlo a estrutura de custos da Associação.

17. Louvamos também a capacidade de angariação de fundos, em conjunto com os restantes movimentos de campos de férias da Companhia de Jesus, que permitiu a participação de jovens inseridos nestes movimentos, independentemente da sua condição económica e social.

18. Destacamos também o esforço das equipas de direção de campo e da Companhia de Jesus, num ano que se revelou particularmente desafiante, devido às JMJ, que implicou mudanças de calendário e uma reinvenção no modelo de campo. Louvamos também a boa gestão dos orçamentos.

Parecer

19. Face ao atrás exposto e considerando a informação disponibilizada pela Direção, é entendimento do Conselho Fiscal que o presente Relatório retrata de forma apropriada os factos patrimoniais relevantes relativos ao exercício findo. Damos por isso o nosso parecer favorável a que a Assembleia Geral **aprove** o Relatório de Atividades e Contas de 2023.

21 de novembro de 2023,

Sofia Telles de Freitas

Gabriel Costa

Manuel Sérvulo Rodrigues